



## **XIV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU**

### **A Gestão do Conhecimento e os Novos Modelos de Universidade**

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil  
3, 4 e 5 de dezembro de 2014.

**ISBN: 978-85-68618-00-4**

## **O PAPEL SOCIAL DA UNIVERSIDADE**

**Caio Cesar Piffero Gomes**

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

[gomescaiop@gmail.com](mailto:gomescaiop@gmail.com)

### **RESUMO**

O estudo do tipo bibliográfico tem como objetivo indagar sobre o atual papel social da universidade considerando as atuais demandas da sociedade. Na tentativa de responder aos anseios sociais emergentes, constatou-se uma universidade induzida a fazer uso de ritmo de produção fabril. Tal resultado sugeriu questionamentos acerca da sua forma de produção, que se contrapõem a sua identidade acadêmica tradicional; o panorama educacional das organizações de ensino superior implica na adequação das universidades, conforme se apresentam as diferentes demandas sociais, as quais se tornam múltiplas, mais sofisticadas e se transformam continuamente; as demandas sociais, que desafiam a tradicional finalidade das universidades, se manifestam na constituição ideológica do seu contingente. Conclui-se que em um contexto onde as transformações são constantes e imperativas, nada mais adequadas são as suposições de que a função social das universidades esteja sendo desalojada e tendo de ser repensada. A questão não é constatar esta possibilidade, mas indagar sobre o destino deste processamento, que sugere alterações constitucionais – estruturais e funcionais – das instituições de ensino superior e, também, alterações constitucionais dos sujeitos que as operam.

**Palavras-chave:** Papel social das IES. Instituição de Ensino Superior. Universidade.

### **Introdução**

As universidades surgiram em conjunto com a sociedade, na ótica de sua dimensão política. Como parte de uma totalidade, de um processo social amplo, de uma problemática mais geral do país. São palco de discussões sobre a sociedade. Espaço em que se desenvolve um pensamento teórico-crítico de ideias, opiniões, posicionamentos, como também o encaminhamento de propostas e alternativas para a solução de problemas. O modelo francês – napoleônico –, revolucionário, quando foi a revolução, fez da universidade a formadora dos quadros necessários ao Estado. A formação se daria conforme a nova ordem social – a especialização e a profissionalização, ou seja, uma especialização das formações. O modelo alemão por sua vez propunha liberdade de pesquisar, de aprender e de ensinar, a produção do saber e a formação livre – unidade ensino e pesquisa.

No Brasil em surgem as primeiras universidades no início do século XX, com a de Manaus em 1909, a de São Paulo em 1911 e a do Paraná em 1912 e nem uma destas eram reconhecidas pelo governo federal, vindo desaparecer. Em 1920 surge a universidade do Rio de Janeiro reconhecida pelo governo federal, sendo conhecida como sendo a primeira universidade existente no Brasil.

O Objetivo deste trabalho é questionar o papel social da Universidade nos dias atuais, considerando que na história das universidades no Brasil, passou-se por diferentes

momentos políticos, sociais, econômicos, que foram determinantes nos modelos de universidades que hoje existem em nosso país. Por outro lado, o momento atual exige das universidades maior participação na vida social. Participação de forma a responder demandas que necessitam de conhecimento e tecnologias apropriadas. Estes são produtos gerados, principalmente, nas universidades, assim como a formação de profissionais qualificados.

Este estudo bibliográfico parte de uma análise panorâmica do momento histórico da sociedade e levanta questionamentos sobre qual é hoje o papel social da universidade, enquanto Instituição de ensino e dentre as considerações finais entende que num contexto onde as transformações são constantes e imperativas, nada mais adequadas são as suposições de que a função social das Instituição de Ensino Superior (IES) esteja sendo desalojada, tendo de ser repensada. Diante disto foram utilizados os referenciais os bibliográficos de Santos (1997), Fávero (2014), Lück (2006), e outros em análise cruzada com as principais normativas legais referentes ao objeto de análise: a universidade. O método de investigação bibliográfica permite que a partir da produção científica sistematizada sejam elaborados novos conhecimentos. (BAUER, 2006)

Constata-se que a universidade em sua trajetória histórica, no Brasil, altera sua relação com a sociedade. De 1920 a 2014 o governo esteve presente nestas instituições e fora determinante no desempenho do seu papel social. Hoje o governo tem inserção direta com incentivos como o REUNI, favorecendo a expansão. No entanto, o que parece estar mais influenciando o rumo da universidade são as demandas sociais decorrentes da tecnologia e da inovação. A competitividade nacional frente a outros países depende deste desenvolvimento e no Brasil é na universidade que eles mais acontecem. Estimulada por estes fatores um repensar sobre a função social desta instituição se faz presente.

Para explicar como esta relação se estabelece a seguir será abordado as temáticas: sociedade e universidade; organizações e sociedade; universidade e seu contingente; demandas e formação: tempos distintos.

## Sociedade e universidade

O presente artigo discorre sobre a evolução do significado social da universidade, enquanto Instituição de Ensino Superior (IES), decorrente das alterações econômicas, políticas, ideológicas, religiosas, assim como, das tecnológicas, dentre um amplo espectro de tantas outras que permeiam os espaços públicos, científicos e administrativos destas instituições. Tais influências preenchem as interações que estabelecem e influenciam, recursivamente, o resultado dos seus produtos – educação, pesquisa e extensão –, assim como são influenciadas por eles e pelas demandas sociais que emanam desta relação. As IES são geradoras de influências sociais, quando disponibilizam profissionais e conhecimento e pelo fato de terem de lidar com o retorno potencializado das demandas, resultado das ações qualificadas destes profissionais, seus egressos, assim como com o conhecimento que recaem em seus meandros, em forma de novas demandas, para que novamente, possam melhorá-los e devolvê-los à sociedade. Uma espécie natural de vai e vem, cada vez mais complexo e cada vez mais intensos e interessantes. Dito de outra forma, quando os produtos das IES, *caem no contexto social* reagem, quer dizer cumprem a sua finalidade momentânea e são superados. Retornam então como novos desafios a serem investigados, porque enquanto os atuais

respondem as demandas, geram outras, que requerem produtos melhorados, para serem novamente devolvidos à sociedade, em condições atualizadas. Como protagonistas desta recursividade, as IES inserem-se no rol das principais organizações responsáveis pela geração da complexidade social existente (FÁVERO, 2014).

A abordagem deste tema está amparada nas reflexões de Santos (1997), sobre a forma como ele se refere aos desafios que recaem às universidades decorrentes das reconfigurações sociais, atuais. O referido autor argumenta que os desafios originados, por um lado, pela influência do Estado em sua obrigação de responder às demandas sociais e, por outro, pela própria complexificação das características das demandas sociais, apontam para “transformações profundas e não para simples reformas parcelares”, implicando em um repensar da identidade social das universidades (p. 187).

Como resultado desta reconfiguração, pondera-se que o papel das universidades acompanha tais tendências e, é a partir desta constatação que surge a questão que dirige a presente discussão, quer seja, qual é o papel das IES na sociedade de hoje?

Conhecemos duas polaridades que caracterizam o papel das IES, um deles, o humboldtiano, ou alemão no qual predomina a pesquisa desinteressada e no outro polo está o modelo napoleônico, predominantemente voltado para a formação de profissionais para responder as demandas sociais. É, portanto, o seu papel o de responder aos anseios sociais emergentes, tornando-se uma espécie de fábrica de profissionais capazes de dar suporte às demandas ou é o seu papel manter-se afastada desta demanda produzindo ciência na busca da verdade?

Este tipo de reflexão emergem de indagações pertinentes e não poderia ser diferente, pois as IES, por se caracterizarem pela investigação, pela formação, pelo ensino e pela prestação de serviços (extensão), tornam-se atoras centrais nos rumos dados aos acontecimentos. No Brasil as fontes de pesquisa de maior produção se encontram nas Universidades, então são elas as geradoras de conhecimento, capazes transformas os fenômenos naturais em produtos de necessidade social, assim como são nos seus laboratórios que interpretam e renovam os conhecimentos sobre o comportamento social e são nelas que acontecem a construção de respostas para isso tudo.

Toda esta movimentação gera tensões internas nestas organizações, pois colocam em xeque os modelos de IES praticados até então. Despertam questionamentos referentes ao perfil da identidade social das IES e reivindicam estruturas e funcionalidades adequadas ao momento atual. Muitos dos existentes não mais respondem, nem às demandas educacionais, nem as sociais e muito menos as tecnológicas, ao contrário geram expectativas de que as IES se superem e se insiram no contexto. O contexto social extremamente dinâmico e intransigente promove discussões sobre como afeta os três fins principais destas instituições: a investigação, o ensino e a extensão. Ao referir-se às reivindicatórias de revisões sobre a identidade das organizações de ensino superior, Santos (1997) argúi que elas recebem influências peremptórias, aceleradas, da sociedade e do Estado, insistentemente.

Santos (1997) considera que a aparente perenidade que viviam “só foi abalada na década de sessenta, perante as pressões e as transformações a que foi então sujeita a universidade”. No entanto, ressalta o mesmo autor, em “nível mais abstrato, a formulação dos objetivos (investigação, ensino e prestação de serviços) manteve uma notável continuidade” (p. 188).

Para melhor compreender a maneira como as IES têm lidado com a função que cumprem é necessário contextualizá-las a partir da concepção da sociedade na qual existem; refletir sobre o rumo ou sobre os rumos dos seus desafios, no que se refere ao comprometimento delas com a sociedade; compreender como a sociedade, concomitantemente transforma as IES e experimenta as inovações ofertadas por elas, gerando um ciclo recíproco de influência, no qual nem uma nem outra fica alheia às transformações.

### Demandas e universidade

As demandas gerenciais existentes nas IES, não raro, e por necessidades discricionárias, vão além das advindas de dimensões mais elevadas, assim como das previstas na legislação constitucional (BRASIL, 2009), indicando a necessidade de modelos gerenciais inovados (SANTOS, 2005). Cabe salientar que as IES são alvos dos acontecimentos políticos, sociais, religiosos, econômicos e científicos, tanto quanto são promotoras e renovadoras destes. Elas se mantêm como fonte investigativa, ao disponibilizar produtos e quando reinterpretem a sequência de efeitos dos seus produtos, assim como quando avaliam as repercussões que estes mesmos produtos provocam, quando se apresentam de forma vencida e por isso reivindicantes, de inovações. A recursividade é contínua, pois os efeitos de seus produtos, quando desfrutados, assim como quando são criados ricocheteiam nas esferas dialógicas das organizações, promovendo as mais variadas reações na estruturação do conhecimento existente.

A produção das IES, assim compreendidos, não são meras descobertas, para serem contemplativamente admiradas. Tampouco são realizadas para suprirem carências exibicionistas individuais, ao contrário, elas impactam sistemática e dinamicamente num espectro sociocultural amplo e complexo, por um determinado tempo, até quando surgem inovações.

A complexidade corresponde ao entrelaçamento e à contínua interação da infinidade de sistemas e fenômenos que compõem o mundo natural. Conceber a complexidade das relações causais recursivas nas redes que constituem a natureza em todos os seus níveis introduz necessariamente a incerteza, a imprevisibilidade [...] pensar a instabilidade, a irreversibilidade, a evolução, associadas aos processos de autoorganização, exige de nós uma ampliação de foco, um foco mais abrangente que permita incluir o tempo irreversível. Ou seja, requer um pensamento complexo, integrador, que afaste a disjunção, a simplificação (VASCONCELOS, 2002, p.152).

A direção desencadeada pelo processo de produção e do realinhamento educacional frente a evolução destes processos, pressupõe qualidades outras na formação dos profissionais-cidadãos que emanam das IES. Estes usufruem delas como alunos, mas, quando egresso, tornam-se essencialmente atores sociais. Desse modo, a forma como as IES estruturam o papel que representam na sociedade influi no perfil histórico da formação e, consequentemente no estilo de vida do cotidiano. As IES, mesmo que não intencionassem, numa retrospectiva histórica e vocacional, sempre estiveram interligadas com a comunidade e sempre foram contornadas pelas tendências políticas do país. Por mais válida e decisiva que seja a luta pela autonomia política, administrativa, financeira e pedagógica exercida pelas universidades e por suas entidades representativas, ainda é presente a dependência que estas instituições mantêm das tendências políticas predominantes.

A relevância das universidades no meio social é notável quando seus egressos levam à sociedade seus aprendizados, pois perpassam um estilo ideológico, embutido em suas ações. Aprenderam quando transpuseram os níveis acadêmicos, superaram os desafios durante a aquisição de conhecimentos que, gradualmente, foram propostos, durante o período de formação, até se tornarem profissionais.

As IES, inquestionavelmente, formam concepções de cidadania, não ocupam o lugar da neutralidade e nem lidam somente com o suposto verdadeiro. Lidam com a ciência, cuja

função é desvendar e sistematizar a realidade conhecida e ainda não revelada. É o lugar sócio-formal onde é fomentada a crítica pelo já conhecido e, portanto, não se limita a conhecer o existente. As investidas das IES abarcam possibilidades e virtualidades a serem desvendadas. Estas organizações transitam entre o realismo e o irrealismo, no entendimento de Morin (2000, p. 85), que, em suas palavras torna esta constatação mais clara, quando elucida que o realismo a que se refere não o toma “no sentido trivial (adaptar-se ao imediato), e nem o irrealismo no sentido trivial (ater-se às limitações da realidade): importa ser realista no sentido complexo: compreender a incerteza do real, saber que há algo possível (embora) ainda invisível no real.”

Pode-se sintetizar o exposto até aqui, afirmando que as IES são promotoras de transformações sociais e que essas transformações são inerentes às finalidades de investigação, ensino e prestação de serviços. Tais mudanças decorrem dos resultados das suas investigações, ou seja, do conhecimento obtido em suas esferas educacionais remetidos aos alunos e quando são encaminhados à sociedade. Pelas ações destes profissionais, agem como se fossem prolongações da IES, replicando na sociedade o que aprenderam. É possível entender o ciclo entre as ações e as reações desencadeadas entre as IFES e a geração de novas demandas sociais que se estabelecem, reafirmando a fragilidade e a importância do questionamento sobre o papel que as IES desempenham na sociedade contemporânea.

#### Organizações e sociedade

Hall (2004, p. 16), teórico que estuda as organizações, em suas diversas modalidades, as considera como “participantes ativas da sociedade.” Elas estão espalhadas, diz ele, e, quase que integralmente, tomam conta da vida das pessoas, que, hoje em dia nascem nelas, se desenvolvem nelas, vivem nelas e, normalmente, morrem nelas, demonstrando assim a intensidade da influência que elas exercem, na vida social contemporânea. É impossível, segue o mesmo autor, pensar em uma sociedade em que as organizações não existam e que não tomem conta da vida das pessoas.

Entendidas dessa maneira, as IES, embora comunguem características, estruturais e funcionais, como as demais, diferenciam-se, pela condição de que seus produtos – ensino, pesquisa e extensão – são agentes independentes, criativos, autotransformáveis e voláteis. Conforme mais se desenvolvem, melhor devolvem à sociedade, mais e melhor se tornam seus produtos (cientificidades e repasses destas em forma de ações profissionais e em forma de tecnologias). Os seus produtos são os próprios conhecimentos ou tecnologias advindas dos resultados das investigações realizadas em seus âmbitos de pesquisas.

A sociedade carece que as organizações de ensino, não somente as IES, constantemente, sejam qualificadas de maneira que possam fornecer-lhe melhores condições de saúde, melhor qualidade de vida em geral, promoção à cidadania e tantas outras superações que ainda estão por melhor acontecer. Fato que se torna mais próximo de realização, “caso consigamos promover, o mais urgentemente possível, um salto de qualidade em nossa educação”, nas palavras de Lück (2006). Ela considera, no entanto, que o salto é decorrente de “concepções orientadoras,” capazes de superar práticas educacionais conservadoras “conteudistas e livrescas” (p. 21).

Enfatiza (LÜCK, 2006), em sua forma de pensar, os processos de gerenciamento das organizações de ensino e das políticas educacionais que proporcionem condições de novas práticas educacionais, nas quais estejam privilegiadas as formas criativas, ou seja, as formas que inexistem, mas, quando geradas, são avaliadas em suas possibilidades de exequibilidade e eficácia.

As IES são tanto agentes promotores da transformação social, como são agentes que sofrem pressões por meio das próprias transformações sociais que efetivam, mantém uma relação recursiva com a sociedade. Necessitam, para sobreviver, se manter em processo

constante de investigação, gerando novas transformações e sendo por estas pressionadas a, continuamente, desvendar, a interpretar e criar frente à contínua recursividade. Neste sentido, mantém-se, ciclicamente, provocadas a se transformarem e a se aprontarem para lidar com *coisas* outras que vão além das finalidades de investigação, de ensino e de prestação de serviços. Isso acontece no momento histórico, em que são convocadas a ampliarem relações com a sociedade, quando são conclamadas a uma atuação mais próxima com as demandas sociais emergentes. Quiçá estarão elas aprendendo a lidar com as contingências sociais e com o destronamento da aristocracia de maneira a ser mais uma voz social, mais um protagonista social reconhecido, além das suas qualidades acadêmicas. Quiçá estejam se assumindo como instituições formadoras da sociedade, mais além de formadora de profissionais, mas sem perder esta sua vocação.

Os resultados dessa aproximação, conforme estão sendo abordados, inevitavelmente, ressoam na organização das IES e fazem com que venham à tona condições desestabilizadoras das concepções conservadoras. Estas, até então, sustentavam os argumentos da sua identidade etiológica medieval (humboldtiana e napoleônica) e mantinham a legitimidade, pois a universidade sempre fora, desde o séc. XIX, a “centralidade [...] enquanto lugar privilegiado da produção da alta cultura e conhecimento científico avançado” (SANTOS, 1997, p. 193).

As demandas sociais, pela intensidade e pela necessidade de respostas imediatas e precisas, invadem os muros das IES, à procura do conhecimento que nelas é produzido. Carecem de respostas eficazes. Exigem “excelência dos seus produtos culturais e científicos, a criatividade da atividade intelectual, a liberdade de discussão, o espírito crítico, a autonomia e o universalismo dos objetivos”, que fizeram da Universidade um tipo único de instituição, “relativamente isolada das restantes organizações sociais, dotadas de grande prestígio social e considerada imprescindível para a transformação das elites”, argumenta Santos (1997). O autor considera que o referido modelo de Universidade, em decorrência das emergências políticas, econômicas e culturais, entrou em crise a partir da segunda guerra mundial, aguçando essa crise nos anos sessenta, por, já naquela época, estarem, relativamente, dissonante das novas emergências sociais. Condição que se agrava, à medida que se aproxima dos dias atuais, as quais se expressam, segundo o mesmo autor, nas “seguintes dicotomias: alta cultura – cultura popular; educação – trabalho; teoria – prática.” [...] “Incapaz de transformar esta nova forma cultural numa cultura-objeto, a universidade deixa de ser o produtor central de cultura – sujeito<sup>1</sup> e nessa medida perde centralidade” (SANTOS, 1997, p. 193).

A ênfase na aproximação da Universidade com as demandas sociais, com esta intensidade, não fazia parte da natureza, até então admitida, para as IES, embora a dicotomia: formação de profissionais e pesquisa desinteressa, tendências oriundas de modelos tradicionais – napoleônico e humboldtino –, sempre tenha sido parte da sua história. Em princípio, elas não seriam dadas à realização de buscas focadas para a resolução de problemas imediatos da humanidade, além de não desejarem se despojar de seus princípios filosóficos e, muito menos, estariam dispostas a abandonar a vocação aristocrática, necessária à preservação do conhecimento até aqui conquistado pela humanidade (SANTOS, 1997).

Essas reivindicações colocam em crise o papel social tradicional das IES, pois as convocam para realizar ações jamais exercidas. São colocadas em condição ambivalente: manter o desempenho tradicional ou incluir em suas funções ritmo de produção industrial e ainda mais em papel de propor alternativas no rumo da construção social. Não parece haver certeza acadêmica de que esse não seja também o lugar a ser por elas ocupado. Ainda está para ser conhecida a proporção da repercussão destas tendências!

---

<sup>1</sup> “A centralidade da universidade advém-lhe de ser o centro da cultura-sujeito” (p. 193)

Já não estão as IES competindo no mercado produtivo ou o alimentando ao formar alunos habilitados a realizar o que deles esperam que cumpram? Esta condição é provocadora de novas elucubrações sobre a função social que ocupam ou apenas gera novas ênfases em suas finalidades vigentes? O ensino que priorizava a alta cultura, sem este deixar de existir, está priorizando o ensino para o trabalho, de cunho especializado e focado em ações de preparação para o desempenho de atividades técnicas. Fazendo destas instituições apenas formadoras de mão de obra especializada. Tal prevalência, provavelmente, tenha sido uma das respostas emitidas pelas IES frente às solicitações decorrente do intenso avanço tecnológico e que recai no âmbito do trabalho. A atual tendência, pode-se compreender, passa ser a de preencher a lacuna antes existente entre trabalho em forma de força física e que na atualidade se traduz pelo manuseio de equipamentos específicos, altamente *tecnologizados* e do trabalho intelectual, que implica em melhor e mais qualificada formação. A demanda por profissionais qualificados é crescente e em velocidade inversa ao tempo necessário que algumas profissões têm requerido à sua formação.

O trabalho tem sido alterado em suas qualidades, exigindo perfis de trabalhadores com capacitações específicas e adquiridas em um período breve de tempo, bem como a urgência para que eles respondam aos desafios laborais, também se tornou breve.

A Universidade, ao perceber a concorrência do mundo do trabalho, ressentido-se da hegemonia que possuía como fonte formadora, praticamente exclusiva, de profissionais e de geração de conhecimento e de tecnologia. Uma de suas finalidades, a educação, talvez, nunca tenha sido tão desafiada tão profundamente para ser transformada. Desafio decorrente da ameaça da caracterização da Universidade, até então concebida como sendo a instituição onde a “busca desinteressada da verdade, a escolha autônoma de métodos e temas de investigação, a paixão pelo avanço da ciência”, sempre estiveram presentes. Pressupostos que “constituem a marca ideológica da universidade moderna.” (SANTOS, 1997, p. 199). No entanto, não parece ser a sua finalidade ficar à margem dos crescentes, abundantes e globais anseios sociais? Para se integrar a esta realidade diversificada e *complexificada*, adequações em seus modelos – estrutura e funcionalidade – são necessários.

É fácil entender que a Universidade tem sofrido novas exigências que a sociedade lhe tem atribuído, mesmo que ainda titubeie reações frente a elas, no entanto, a sua finalidade, seja de formar profissionais ou de pesquisa desinteressada, isoladamente, não respondem às atuais demandas produtivas, econômicas e tantos outros desafios que a sociedade clama por alternativas. Qual é, ou quais são os objetos de investigação da Universidade?

#### Universidade e seu contingente

A Universidade é provocada para acompanhar a *evolução dos tempos*, e enquanto organizações tradicionalmente estruturadas para o ensino, na tentativa de responder a estas provocações, exigem de seu contingente humano avanços nesta direção. Considerando, portanto, que os atores que nelas trabalham e que as movimentam e lhe dão vida, são pessoas com concepções próprias sobre como as IES são constituídas, questiona-se se são elas incluídas, quando exigidas à reflexão sobre construção de uma identidade ainda inacabada, para as IES. Os atores, neste contexto, são levados a rever as suas relações com as organizações, a partir do modo como as IES passam a interagir com propósitos diferentes dos que lhes eram atribuídos?

A maneira como o contingente humano é afetado durante estas provocações remete a questões a serem mais bem investigadas, mas em outro momento, pois será necessário melhor compreender o perfil dos profissionais que fazem as IES acontecerem. Quer dizer, no momento, estamos analisando o papel social da Universidade, enquanto instituição de ensino. Em outro momento se pode analisar as implicações destas possibilidades naqueles que

cumprem o papel de fazer a Universidade ser o que é. Quando se poderá investigar qual a representatividade que este contingente possui de Universidade?

As pressões que se apresentam para serem assimiladas, processadas e superadas e à promoção que as tensões são constantes, é preciso atentar para a repercussão psicossocial que estas provocam no contingente funcional das IES. Certo grau de desconforto no trabalho é agente provocativo de novas repostas, despertando reações criativas dos envolvidos nas tentativas de superação de impasses. As transformações levantam investigações sobre a possibilidade de gerar respostas às novas exigências. Respostas, mesmo que passageiras, equilibram a tensão gerada a partir do período de tempo existente entre o surgimento da nova demanda e o processo de desenvolvimento de uma nova resposta. No entanto, se esse período de tempo se prolongar ou se a tensão se intensificar acentuadamente, há risco para a capacidade criativa e o resultado, neste caso, poderá se inverter e paralisar a busca de superação dos desafios. As concepções da Psicodinâmica do Trabalho ajudam a esclarecer sobre como as repercussões psicológicas são ocasionadas durante as relações de trabalho e como podem se manifestar em criatividade ou em embotamento (DEJOURS, 2009).

#### Demandas e formação: tempos distintos

O fato de a academia se transformar ao tentar acompanhar as variações sociais parece ser uma concepção razoável, mas, talvez, seja necessário avaliar o ritmo e a qualidade de como elas acontecem.

Por esse e por outros tantos motivos, o rumo da sua produção científica tem sido insistentemente debatido pelos setores envolvidos, pois considerar a universidade como fonte de recursos para as soluções das demandas sociais implica em que ela estejam produzindo em velocidade compatível ao surgimento destas. No entanto, se o foco das investigações rumarem para o campo pragmático, implica em dar caráter e finalidade de produção industrial as IES e este tem concepção de “dinamismo, assente na perspectiva de lucro, e outra concepção de competitividade, assente nos ganhos de produtividades” (SANTOS, 1997, p. 203). Por outro lado, esse modelo de a universidade se constituir, além da enfatizar a face economicista e *produtivista*, revela um maior comprometimento com a responsabilidade social diante dos desafios contemporâneos emergentes. Vivemos em um país emergente e em um contexto global movido pelo capital, portanto, concordando ou não, as influências deste contexto não podem ser negadas.

Estas circunstâncias geram tensões e desestabilizam as discussões corriqueiras sobre o lugar e mesmo a função social desta Instituição diante das variações que ocorrem em nível local e global. Crises sob estes aspectos são inevitáveis, no sentido antes colocado, pois geram novas adequações para lidar com a realidade veloz, transfigurada e transfigurante que se lhe apresenta, abalando a sua hegemonia (tipos de conhecimentos produzidos) e a sua legitimidade (ao alterar o grupo social a que se destina). Deixa a Universidade de produzir para uma elite e insere em seus quadros uma multiplicidade de interessados em adquirir os seus produtos. Produz uma imensa variedade de estilos, de conhecimentos e estes se reproduzem de diversas formas e, concomitantemente, percorrem seus fins com indagações também diversas e não costumeiras. Para Santos (1997), ela – a Universidade – se revela por meio de interrogações, que estimulam respostas em prazos para revelações, assim como norteiam investigações a pretensão de responder à enxurrada de novas demandas visando amenizar tensões emergentes. O referido autor assim se expressa sobre essas questões.

No momento em que a procura da universidade deixou de ser apenas a procura de excelência e passou a ser também a procura de democracia e de igualdade, os limites da congruência entre os princípios da universidade e os princípios da democracia e da igualdade tornaram-se



mais visíveis: como compatibilizar a democratização ao acesso com os critérios de seleção interna? Como fazer interiorizar numa instituição que é, ela própria, uma “sociedade de classes” os ideais de democracia e de igualdade? Como fornecer aos governados uma educação semelhante à que até agora foi fornecida aos governantes sem provocar um “excesso de democracia” e, com isso, a sobrecarga do sistema político para além do que é tolerável? Como é possível, em vez disso, adaptar os padrões de educação às novas circunstâncias sem promover a mediocridade e descaracterizar a universidade? (p. 212)

Tais questionamentos recebem interpretações diferentes, conforme for o olhar que recai no entendimento dos encaminhamentos dados para (re) nortear o rumo das universidades, enquanto organizações voltadas à investigação, ao ensino e à prestação de serviços. A sua finalidade, de certa forma, não tem sido alterada e nem questionada de maneira proeminente, embora existam tentativas de se darem novas versões sobre as suas ações e na assimilação da população para a qual a sua produção estaria voltada, tanto a externa – sociedade, bem como a interna – docentes, técnico-administrativos em educação e discentes.

Os entendimentos derivados dos esforços não são unânimes e variam de acordo com o enfoque que cada parcela lhe atribui, sendo assim, para “aqueles que sempre estiveram contra a expansão [...] a universidade descaracterizou-se de modo irremediável”. Enquanto os adeptos do desenvolvimento desigual da universidade consideram que “apesar de todas as transformações para quebrar o isolamento ancestral, não mudou no essencial, pois manteve sempre um núcleo duro capaz de impor os critérios de excelência e os objetivos de educação integral”. Para os que entendem a universidade sob o viés da expansão democrática, “a universidade deixou-se funcionalizar pelas exigências do desenvolvimento capitalista.” (SANTOS, 1997, p. 213).

Os relatos e a forma como foram dispostos revelam algumas ocorrências no contexto social em que a universidade está inserida, como também denotam o contexto interno da universidade e a forma como a instituição está vivendo tais contingências.

Por outro lado, revelam dinamicidade diante das constantes tensões que a desacomodam, mas que não a fazem refém de uma condição da época. Ao contrário, ela é palco central de tudo o que lhe acomete e do que produz em forma de ciência, de ensino e de prestação de serviços e que recaem na sociedade. O constante movimento cíclico espiralado, portanto evolutivo, exige avaliação constante dos seus resultados, a fim de se averiguar como ela medeia as alterações todas.

Complementam-se esses dados com alguns princípios e fins da educação nacional (BRASIL, 1997),

o ensino será ministrado em igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; com liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; com pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; em gestão democrática do ensino público com vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

O artigo 207 da constituição brasileira (BRASIL, 2009) refere-se à autonomia da universidade. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

## Conclusões

A função social da Universidade é hoje um quesito em discussão. Afinal o que a universidade produz, com que qualidade, destinado a quem e determinado por quem? Conhecimento, profissionais para o mercado, investigações científicas, métodos pedagógicos, produtos para o consumo, inovação, tecnologia...? Em quem ela foca a sua produção? São questões difíceis de serem respondidas. A Universidade meneia em suas bases epistemológicas e não é com desdém que se investiga e se divulga isso. É com preocupação e com animação, pois, sendo até então considerada inatingível, pela população laica, de alguma maneira, ela está se abrindo. A constatação é que, neste momento histórico, caracterizado pelo processo de incertezas econômicas, políticas, religiosas e de intenso desenvolvimento da ciência, as organizações em geral estão em crise e, com as IES, não poderia estar acontecendo diferente. Apesar de tão sólidas em suas raízes e bem focadas em seus princípios acadêmicos e científicos como sempre foram, são hoje componentes do grupo das organizações que entraram em crise. Uma crise no sentido conhecido de promoção e de produção de novos parâmetros, capazes de fazer delas organizações não corroídas pela tradição e nem desvinculadas dela, e nem mesmo perdendo a noção dos propósitos originários da sua existência. Uma crise, no sentido de promoção, a partir da qual se deve entender que estão surgindo constantes e inéditas concepções de ciência, novas concepções de ensino, bem como inéditas e constantes concepções de prestação de serviços, assim como uma enorme abrangência de novas demandas a serem respondidas.

Isso tudo, num primeiro instante, pode chocar e colocá-las em situação de impasse, e de gerar uma crise ao revelar uma instituição mais engajada com as demandas sociais, e tendo estas como norteadoras das suas pesquisas. Uma instituição tentando ser capaz de produzir em ritmo industrial, porque assim a época lhe exige, embora sem abandonar o lugar educacional e investigativo da verdade e sem descuidar da qualidade dos egressos. Instituição capaz de se superar em forma e em funcionalidade, de questionar a sua finalidade e a sua identidade. Talvez, se esteja cogitando uma improbidade, uma impossibilidade, entretanto, talvez, seja este o único rumo possível para que as IES permaneçam existindo num contexto em que o que não se dilui se transfigura.

O panorama educacional apresentado abrange uma problemática contemporânea das organizações, especificamente das organizações de ensino superior, provocada pelas múltiplas crises existentes em diversos âmbitos sociais. Panorama em que são elas tanto protagonistas como coadjuvantes, pois de acordo com o aventado neste espaço, a produção das organizações, sejam elas quais forem, é dirigida à sociedade. Da sociedade advêm as demandas, para estas instituições produzirem mais, diferente e com qualidade, com vistas a se adequarem às demandas produtivas, que se tornam cada vez mais sofisticadas e necessárias, para a manutenção social e da vida humana.

Num contexto onde as transformações são constantes e imperativas, nada mais adequadas são as suposições de que a finalidade social das IES esteja sendo desalojada, tendo de ser repensada. A questão não é constatar esta possibilidade, mas indagar sobre o destino deste processamento. Esta indagação sugere alterações constitucionais – estruturais e funcionais – das instituições de ensino superior (IES) e sugere também alterações constitucionais dos sujeitos que as operam.

Como então tecer um desfecho para esta temática se não em cima de questionamentos, pois ele se refere ao porvir e não ao *satus quo* das IES, embora a discussão ocorra no espaço-tempo presente. Dentre os questionamentos, um emergente é sobre o que pensa hoje o contingente humano destas instituições, ou seja, como ele está ideologicamente constituído? Acompanha e compreende a necessidade da readaptação destas ou são alheios a tudo isso, a espera de que os acordem e os incluam neste cenário. Outro não menos

proeminente e imbricado no primeiro questionamento se refere como seria esta acomodação? E, finalmente: quem está pensando isso?

#### Referências

BAUER, M. W. ; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008

BRASIL. **Diretrizes e bases da educação nacional**: lei nº 9.034, de 20-12-96 (lei Darcy Ribeiro) e legislação correlata. Bauru, SP: EDIPRO, 1997.

\_\_\_\_\_. **Constituição**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: < <http://www.alep.pr.gov.br/system/files/corpo/Con1988br.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2009.

DEJOURS, Christophe. **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. 1. ed. 10ª. reimpr. São Paulo. Atlas, 2009.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A universidade no Brasil**: das origens à reforma universitária de 1968. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28>> Acesso em: 12 ago. 2014.

HALL, Richard H. **Organizações**: estruturas, processos e resultados. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

LÜCK, Heloisa. **Gestão educacional**: uma questão paradigmática. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. Séries: Cadernos de Gestão.

MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

VASCONCELLOS, Maria José Esteves de. **Pensamento Sistêmico**: O Novo Paradigma da Ciência. 5 ed. São Paulo: Papirus, 2002.